



Diário Oficial do Poder Legislativo

Home Page: www.aleac.ac.gov.br

3ª Sessão Legislativa
da 11ª Legislatura

ANO XLIII

RIO BRANCO - AC, 23 DE JUNHO DE 2005

N.º 3432

MESA DIRETORA

SÉRGIO OLIVEIRA
Presidente

RONALD POLANCO
1º Secretário

MOISÉS DINIZ
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

DINHA CARVALHO
2ª Vice- Presidenta

FRANCISCO VIGA
3º Secretário

DELORGEM CAMPOS
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Juarez Leitão
BPM - Elson Santiago
BSC - José Luis
PL - Hélio Lopes
PMDB - Chagas Romão
PSDB - Luiz Gonzaga
PFL - José Vieira
PP - José Bestene
PDT- Luiz Calixto
PSC - Nogueira Lima
PPS - Tarcísio Medeiros
PTB - Roberto Filho
Líder do Governo - Edvaldo Magalhães

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueredo e Ronald Polanco.
BPM - Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz e Sérgio Oliveira.
BSC - Delorgem Campos, Francisco Viga e José Luís.
PL - Hélio Lopes e Dinha Carvalho.
PMDB - Antônia Sales e Chagas Romão.
PSDB - Luiz Gonzaga e Helder Paiva.
PFL - José Vieira.
PP - José Bestene.
PDT- Luiz Calixto.
PTB - Roberto Filho.
PSC - Nogueira Lima.
PPS - Tarcísio Medeiros.

44ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 23 de junho de 2005

Presidência: Deputados SÉRGIO OLIVEIRA e HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado FRANCISCO VIGA

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; HÉLIO LOPES do PL; LUIZ CALIXTO do PDT; ROBERTO FILHO do PTB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

AUSENTES: Deputados ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; DINHA CARVALHO do PL.

O Senhor Presidente (SÉRGIO OLIVEIRA) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

Ofício Circular n. 140/2005-MTE/SPPE, do Diretor do Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego, Antônio Almerico Biondi Lima, enviando cópia do Segundo Termo Aditivo ao Convênio n. 43/2004, celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE, com a intervenção do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, e a Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável – Sepland's/AC;

Indicação n. 59/2005, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando que seja encaminhado ao Governador do Estado do Acre, Anteprojeto de Lei que “Institui a criação do cargo de psicólogos e psicopedagogos, no quadro de pessoal da rede estadual de ensino da Secretaria de Educação e dá outras providências”;

Indicação n. 60/2005, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando ao Superintendente do Banco do Brasil S.A, a instalação de um Caixa Eletrônico de auto atendimento no Distrito de Campinas – Município de Plácido de Castro;

Indicação n. 61/2005, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando a Empresa de Telecomunicações Claro, a ampliação do Serviço Móvel Celular do Município de Plácido de Castro, até o Distrito de Campinas – Município de Plácido de Castro;

Indicação n. 62/2005, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando a Empresa de Telecomunicações Brasil Telecom GSM, a ampliação do Serviço Móvel Celular do Município de Plácido de Castro, até o Distrito de Campinas – Município de Plácido de Castro;

Indicação n. 63/2005, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando ao Departamento de Estradas e Rodagens do Acre – Deracre, a sinalização da Rodovia Ac-40, no perímetro urbano de Plácido de Castro, nas proximidades da Escola Flávia Barros Pimentel;

Indicação n. 64/2005, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando ao Deracre, em atendimento aos moradores do Projeto de Assentamento Boa Esperança – Ramal do 16, Km 48, os seguintes itens: a) Abertura de 07 Km; b) Reabertura de 18 Km; c) Programa de Açudagem; d) Apoio com equipamentos agrícolas diversos;

Indicação n. 65/2005, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando ao Branco do Brasil e Basa; os seguintes itens: a) Desburocratização do acesso ao crédito; b) Desoneração fiscal; c) Desvinculação do teto familiar; d) Reformulação do Pronaf para mulheres e jovens assim como redução dos juros e fim do aval solidário no Pronaf;

Indicação n. 66/2005, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando à Secretaria de Agricultura e Seater os seguintes itens: a) Criação de políticas de assistência técnica, universalizando estas ações nos projetos de assentamentos, pólos agroflorestais e áreas florestais; b) Capacitação dos produtores para uso de tecnologias modernas; c) Aperfeiçoamento de práticas para uma agricultura saudável; d) Fornecimento e suporte de equipamentos para mecanização, recuperação de solos, recursos hídricos e outros;

Indicação n. 67/2005, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando a Seater e ao Deracre, em atendimento a Associação de Produtores Agrícolas Caçaborá – Boa

Esperança, os seguintes itens: a) Equipamentos agrícolas diversos: 01 engenho, 01 motor a gasolina e 01 motor a óleo e uma trilhadeira; b) Programa de açudagem; c) Reabertura de 14 Km de ramal, 05 pontes e 13 bueiros; d) Abertura de 14 Km (novos); e) Assistência Técnica regular;

Projeto de Lei n. 64/2005, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Roberto Filho, o qual “Todo Praça do efetivo da Polícia Militar, poderá executar trabalhos de segurança, no seu horário de folga regulamentar”;

Projeto de Lei n. 65/2005, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Fernando Melo, o qual “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Advogado Dr. Jorge Arakem Faria da Silva”.

Pequeno Expediente

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, funcionários públicos presentes no Salão do Povo, que hoje nos dão a honra de assistir à esta Sessão histórica.

Gostaria de iniciar, dizendo que o maior bem que um cidadão pode possuir é a sua liberdade. Não a liberdade no sentido restrito da palavra, mas a liberdade de falar, de agir, de pensar e de ter direitos.

Disse anteriormente, que esta Sessão de hoje é histórica, e para uma parte dos funcionários do nosso Estado ela terá o mesmo valor de uma carta de alforria, que há um século, no período imperial, era dada aos escravos, porque acreditado que esses servidores eram humilhados por terem seus contratos irregulares e não podiam participar de movimentos grevistas, mas agora, a partir, de hoje, poderão fazê-los, para reivindicar direitos legítimos. Antes não podiam, porque eram ameaçados pelos seus superiores. Inclusive, alguns deles com ações truculentas. O fato, é que estes funcionários não podiam sequer falar, pois temiam ser demitidos, por seus contratos serem irregulares. Muitos deles, até pouco tempo atrás, não tinham direito nem à licença prêmio, porque esse direito era somente para os funcionários públicos que ingressaram no serviço público de forma correta, de forma legítima, permitida pelos governantes. Ninguém entrou pela porta de trás, portanto, hoje, terão seus contratos legitimados.

Então, Senhor Presidente, quando falo que este dia é histórico para a Assembléia Legislativa, é porque, a partir de hoje, os servidores poderão reivindicar os mesmos direitos funcionais que tanto lhes foram negados. Enfim, poderão dizer que são funcionários do Estado e que não estão mais atemorizados.

Eu, o Deputado Edvaldo Magalhães e outro Deputado que agora não me recordo do nome, respondemos a um processo no Supremo Tribunal de Justiça, por declarações contra o Ministério Público do Trabalho, em relação ao tratamento que eles dispensaram aos servidores que ingressaram no serviço público após 4 de outubro de 1988.

Portanto meus amigos, companheiros servidores públicos, porque eu também sou, um de vocês, hoje a Assembléia Legislativa, está lhes concedendo liberdade. Ninguém mais será ameaçado de demissão pelo fato de ter sido contratado de forma irregular. Nós teremos a votação da Emenda à Constituição, e queremos fazer justiça.

E quero também, de forma muito efusiva, ressaltar o empenho da Deputada Naluh Gouveia, autora da Emenda, e do Deputado Chagas Romão do PMDB, que é o Presidente desta Comissão, a qual permitiu que essa Emenda fosse votada hoje, por todos os Deputados presentes, porque este assunto é de interesse de todos.

A Deputada Naluh Gouveia, teve o privilégio de apresentar aos funcionários aqui presentes, a leitura do projeto, mas independente da apresentação ou não, o fato é que os nossos servidores terão, a partir de hoje, promulgada esta Emenda. E tenho certeza que o Presidente fará este ato de imediato, após vencidos todos os entraves burocráticos, para que os nossos servidores não sejam mais considerados irregulares.

Então, quero fazer um pedido a todos os servidores aqui presentes: que não saiam do Salão do Povo, Marina Silva, em quanto o Projeto não for votado, pois, quem esperou a vida toda, pode esperar mais duas horas.

(Sem revisão do orador)

Deputado **JOSÉ VIEIRA** (Líder do PFL) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, realmente esta Casa vive hoje, um dos dias mais importantes de sua história. Todos nós sabemos das dificuldades enfrentadas pelos servidores que são considerados irregulares, e tenho certeza Senhor Presidente, que essa PEC, que será votada hoje é um marco na história desses onze mil servidores, que prestam os mesmos serviços, se dedicam da mesma forma que os outros, mas são considerados irregulares e infelizmente seus direitos, muitas vezes, não são reconhecidos.

Quero dizer aos colegas Deputados a vocês funcionários que o empenho dessa Casa foi fundamental para que hoje votássemos esta Emenda. Ela foi assinada pela Deputada Naluh Gouveia e subscrita por mais vinte Deputados, dentre os quais eu me incluo, e quero dizer que esses servidores podem contar com o nosso apoio. Essa aprovação foi uma medida muito

correta, muito acertada, porque existem onze mil funcionários que são considerados irregulares, mas se somarmos com suas famílias serão mais de trinta mil pessoas beneficiadas.

Conte conosco e tenham certeza, de que esta Casa marcará a sua história com a aprovação dessa Emenda Constitucional, que dará direitos a vocês, que são considerados ilegais, e não podem pagar pelo erro de ninguém. Se foram colocados no serviço público, foi com autorização de alguém. Esta Casa está concedendo a vocês um grande prêmio que é a legalidade. Tenho certeza que essa PEC será aprovada, porque somos 24 Deputados, todos comprometidos com a causa pública.

Parabéns a vocês a esta Casa, porque, sem dúvida alguma, a Emenda será aprovada para que se corrija um erro cometido no passado, pelo qual vocês não podem pagar. Contem com o nosso apoio!

(Sem revisão do orador)

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiras e companheiros, hoje é um dia muito especial para mim.

Eu estou vendo uma pessoa muito especial que é o Chico Pereira. Jesus Cristo, quantas vezes, eu fiquei daquele lado ali no Salão do Povo, morrendo de raiva, porque nós íamos para o meio da rua fazer as nossas greves e quando chegávamos aqui a maioria não queria nem ouvir os reclames dos servidores públicos. Quantas vezes, ali naquele vidro, eu olhava com muita raiva para o plenário, mas hoje vocês estão olhando com muita alegria para esse lado de cá.

Boa parte de vocês, colocou-me aqui, para falar pelos servidores públicos, porque antes, não tínhamos vez e nem voz aqui, que é uma Casa que tem poder de decisão. Eu dei sorte de pertencer a uma legislatura de mulheres e homens justos, por isso eu tenho certeza que hoje nós vamos votar e aprovar essa PEC por unanimidade.

Nós precisávamos valorizar os servidores, mas não foi fácil. Quantas noites, eu passei acordada com o Jair, meu marido, pesquisando, estudando, entrando em contato com outros Estados, sensibilizando algumas pessoas, conversando com as companheiras da CUT, da SPAT, do Sindecaf, do Sintesac, do Sintecac e da APL. Até viajamos, com a ajuda da Mesa Diretora, que nos deu o maior aval; fizemos uma verdadeira peregrinação, para dar tranquilidade a vocês. Porque quem não tem tranquilidade no emprego, não tem tranquilidade na vida. Tendo em vista que pode entrar um doido e fazer o que fez o governador de Rondônia, que demitiu treze mil servidores.

Aqui, eu quero ser justa, porque uma das coisas que caracteriza a minha vida é a busca por justiça. Portanto, eu quero ser justa com o Governador Jorge Viana que tem tido um papel fundamental em não demitir nenhum servidor. Ele foi incisivo nessa questão, pois ele responde até processo por causa disso. Uma das coisas bonitas que eu acho no acreano é a questão da gratidão. Porém, houve uma pressão muito grande por parte dos servidores públicos e do nosso Sindicato, mas houve também compreensão do nosso Governo em não demitir.

Deputado Sérgio Oliveira, agradeço a V. Exa. que me deu a maior força em toda essa trajetória para eu poder viajar, fazer pesquisa e estar hoje apresentando essa PEC. Quero dizer para o Senhor que hoje é o dia mais importante desta Assembléia Legislativa. Podem ter certeza. Nós já aprovamos muitas coisas boas aqui, mas nada se compara a segurança que essa PEC dá a essas mulheres e a esses homens, que agora vão poder fazer empréstimos e dormir mais sossegados. Podem ter certeza que esses servidores vão dormir mais sossegados, porque nós sabemos que ninguém tem sossego, quando corre o risco de ser demitido.

Senhor Presidente, muitas vezes, o sindicato vai à luta sem ver a parte jurídica. Então, nesse minuto que me resta aqui, eu quero dedicar ao Jair, o qual além de ser meu marido é meu parceiro nessa luta, que nos ensinou a ver também a parte jurídica, a ter consciência de que a luta jurídica é tão importante quanto a luta no meio da rua.

Então, Jair, eu dedico a você essa vitória, porque não é só o pessoal da Saúde que corria o risco de ser demitido não. Tem também 47 servidores da Cageacre e de outras Secretarias, porque essa ação já está em decisão final no Supremo. E não vai ter Governador, ou quem quer que seja que agüente esses companheiros.

Então a você, meu querido, eu dedico a luta por sossego no trabalho dessas mulheres e desses homens bravos aqui do nosso Estado.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do PSC) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputada Naluh Gouveia, companheiros funcionários públicos que hoje poderão ter seus empregos garantidos com a aprovação dessa PEC. Se Deus quiser, vamos regularizar essa situação, que começou há onze ou doze anos. São três ou quatro Governos, incluindo os dois mandatos do Governador Jorge Viana.

Mas eu quero também lembrar-lhes como tudo começou. Eu acho que é importante fazermos jus às pessoas que nos deram uma oportunidade. Eu tenho 83 sobrinhos e destes, dez estão em situação irregular

nos seus empregos. Na época em que foram contratados, o Governador Romildo Magalhães estava concedendo-lhes uma chance de trabalhar. Mesmo irregulares, hoje vocês estão no serviço público e recebem seus salários. Então, nós temos que reconhecer esse mérito do Romildo Magalhães. Sem essa ação dele, hoje vocês não estariam ilegais, mas também não estariam empregados. Estariam como estão 200 mil pessoas: desempregadas, porque o nosso Estado, hoje, não tem condições de empregar todos os que buscam um emprego. Portanto, temos que reconhecer que de maneira certa ou errada, o Romildo os ajudou, porque hoje estão aqui e estão garantindo seus salários.

Devemos reconhecer também a sensibilidade do ex-Governador Orleir Cameli, que foi o primeiro a ser notificado e orientado a demitir-lhes, mas ele segurou até o final de seu mandato. O contrato que vocês fizeram na época do Romildo, era de quatro anos, mas o Orleir não os demitiu quando acabou. Temos que reconhecer, portanto, que ele também deu uma grande parcela de contribuição para que hoje, 11 mil funcionários estejam sustentando suas famílias, mesmo através de contratos irregulares.

Eu peço licença ao companheiro Deputado Roberto Filho para falar sobre isso, mas na época em que ele apoiava o ex-Governador Romildo Magalhães, ele também ajudou mais de 2.000 pessoas com esses contratos. Temos que lembrar e reconhecer também esse trabalho dele.

Outra pessoa que devemos lembrar e reconhecer seu mérito, é o Governador Jorge Viana que também manteve esses servidores empregados até agora.

É importante fazermos a retrospectiva de como vocês chegaram até aqui, e mais importante ainda Senhores, é reconhecermos a disposição e a bravura da Deputada Naluh Gouveia, que se dispôs a entrar nessa questão. Mesmo que dentro do Governo exista alguém que fica melindrado, e a Senhora sabe disso Deputada Naluh, temos que reconhecer a sua bravura. V. Exa. é a nossa companheira que não mediu esforços, desde que chegou aqui, para que essa PEC, fosse aprovada.

Parabenizo esses servidores que, depois de tantas pressões; que alguns foram demitidos, depois voltaram; outros que não têm férias, que não têm licença especial, hoje, terão seus direitos garantidos. Agora podemos dizer que vocês realmente serão efetivados.

Eu fico triste ao me lembrar das pessoas que naquela época, quando veio aquela determinação da Justiça, pediram afastamento. Hoje, muitas delas dizem: “eu me arrependi Deputado Nogueira Lima”, então eu lhes respondo: eu pedi para muitos que não fizessem isso, porque o Governo não demitiria ninguém.

Então, vocês estão de parabéns, tenho certeza de que todos os Deputados vão votar a favor.

(Sem revisão do orador)

Deputado **MOISÉS DINIZ** (BPM) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, companheiros servidores, eu quero usar esses três minutos apenas para, publicamente, reconhecer os méritos da Deputada Naluh e parabenizá-la pelo seu esforço de viajar de pesquisar junto com o Jair, que está sempre ao seu lado. Guerrilheiro Jair! Juntos fizeram esse trabalho de lutar pelos servidores em situação irregular. Parabenizo de coração esse seu trabalho. Mas a sua ação mais importante Deputada, é esse trabalho de chamar o povo para as ruas, de convocar a população, porque quando o povo está presente, todos são democráticos, todos são valentes. É uma maravilha! Em Tarauacá eu já fui processado por defender funcionários públicos, mas não me arrependo. Já fui inclusive preso. Ora! Quantos eu vi ao lado do juiz, do Prefeito, do delegado, e essas pessoas não eram tão corretas assim. Hoje, no Brasil, está acontecendo algo incrível. E assim: há corrupto combatendo a corrupção; desonesto investigando desonesto e ladrão querendo encontrar ladrão. A política, dentro dos gabinetes, no ar refrigerado é uma coisa, porém, quando o povo vai às ruas, a verdade aparece, e se descobre Senhores Deputados, que até aqueles que estão investigando a corrupção e a desonestidade, se forem investigados a fundo, também vão para a cadeia. Por isso eu parabenizo a Deputada Naluh, apenas por isso, por chamar o povo aqui para discutir esse problema dos funcionários em situação irregular. Observem porém, que estão irregulares, mas não estão em situação imoral. Imoral é o salário que se paga para as elites de todo o Brasil.

Quando eu votei o PCCS da PM, onde previa gratificação por riscos de vida com percentuais diferenciados, publicamente eu pedi desculpas, aqui na Assembléia por ter votado favorável a isso. Para oficiais, coronéis um percentual, e outro menor para soldados. Pedi desculpas aqui. E se alguém considerar isso proselitismo ou jogo eleitoral, tem toda liberdade. Eu confesso que cometi também outro equívoco aqui: como Deputado, que se elegeu por pessoas pobres, analfabetas, banguelas, pois oitenta por cento dos meus votos vieram dos índios, dos seringueiros, dos ribeirinhos, que estão abandonados na floresta, foi um erro ter votado aumento para algumas castas do Acre, incluindo promotores e juizes. Cometi esse erro, mas custe o que custar, jamais votarei a favor de aumento para quem já ganha 10, 15, 20 mil, enquanto a maior parte da população continua recebendo salário mínimo.

(Sem revisão do orador)

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, o Salão do Povo está lotado de funcionários que vieram acompanhar as votações, por isso peço a V. Exa. que encerre o Pequeno Expediente para que possamos logo iniciar a Ordem do Dia. E que V. Exa. colocasse em votação a não realização do Grande Expediente.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, peço a suspensão da Sessão por três minutos.

Grande Expediente

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Suspendemos a Sessão por três minutos, para entendimento entre as bancadas. (PAUSA)

Senhor Deputados, em acordo com as bancadas esta Presidência tomou a seguinte decisão: está encerrado o Grande Expediente e aberta a Ordem do Dia, para que possamos dar seqüência às votações dos Projetos.

Ordem do Dia

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, Helder Paiva, eu cometi uma injustiça muito grande, quando esqueci de falar que o Deputado Chagas Romão, juntamente com o Deputado José Luis tiveram um papel fundamental nesta questão da PEC.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Acatamos a Questão de Ordem da Deputada Naluh Gouveia.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, dos Pareceres exarados ao Projeto de Emenda Constitucional n. 1/2005, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, que “Acréscie artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

Em discussão, usaram da palavra:

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros e companheiras servidores públicos que estão hoje no Salão do Povo, Marina Silva, como já foi dito, hoje é um dia histórico para os servidores públicos. Inclusive, ontem a Deputada Naluh disse que hoje seria dia de festa para a Assembléia. Esta é uma oportunidade para que nós possamos relembrar questões importantes, como o episódio que eu quero que fique registrado no encaminhamento desta matéria porque são assuntos afins: em março de 2001, o Procurador do Ministério Público, o Senhor Dambroso, por uma decisão do Ministério Público do Trabalho, encaminhou um acórdão daquele Ministério ao Governador Jorge Viana e ao Prefeito de Rio Branco Mauri Sérgio pedindo que em 30 dias fossem desligados do serviço público onze mil servidores públicos do Estado e cerca de mil servidores da Prefeitura de Rio Branco. Nos meses de abril e maio esta Assembléia travou um debate que a Deputada Naluh deve lembrar, pois estávamos à frente deste debate juntamente com outros Deputados, e na ocasião, acusávamos o Procurador do Ministério Público do Trabalho de querer implantar o caos no Acre, que aquilo era uma decisão impensada e que nós resistiríamos, que não aceitaríamos que o nosso Governo cumprisse aquela ordem. Publicamente, o Governador Jorge Viana se pronunciou e disse que não cumpriria a decisão do Ministério Público do Trabalho. O resultado Senhores Servidores, foi que o Governador Jorge Viana, os Deputados Sérgio Oliveira e Luiz Calixto, a Deputada Naluh Gouveia, eu, Deputado Edvaldo Magalhães e o Deputado Silva, até hoje estamos respondendo a um processo na Justiça movido pelo Ministério Público do Trabalho. Aliás, eu nunca mais fui notificado por essa história, mas o processo rola. Isto porque nós defendemos a tese de que nenhum servidor deveria ser desligado do serviço público conforme queria o Ministério Público do Trabalho. Houve uma decisão política acertada, que estava de acordo com os sentimentos de pais e mães de família.

Mas o que é que aconteceu no mesmo período, na Prefeitura de Rio Branco? O Prefeito Mauri Sérgio demitiu 943 pais e mães de família. Se acovardou diante do acordo e da recomendação do Ministério Público do Trabalho. Aqueles servidores não tinham sequer direito a indenizações. Foi um caos, uma situação de vexame para mais de 900 pais e mães de famílias e eu contei essa história Deputada Naluh, para mostrar que hoje, quando terminarmos de aprovar essa Emenda Constitucional, no mínimo nós estamos passando às mãos do Governador do Estado do Acre, um instrumento de resistência para qualquer outro tipo de pressão que possa vir incidir sobre esses onze mil servidores públicos do nosso Estado. Toda Lei que se vota, sempre tem os questionamentos, mas nós teremos um instrumento de resistência, que dará tranquilidade a esses onze mil pais e mães de família.

Por tudo isso, eu fiz questão de me pronunciar, para lembrar do momento histórico, para reafirmar o nosso compromisso de defesa dos servidores e parabenizar a Deputada Naluh Gouveia por essa importante iniciativa. Aproveito para estender os meus cumprimentos também ao meu amigo Jair que foi uma peça fundamental nesta história.

(Sem revisão do orador)

Deputado **SÉRGIO OLIVEIRA** (BPM) – Senhor Presidente, Deputado Helder Paiva, Senhores Parlamentares, serei bem breve. Em primeiro lugar eu quero parabenizar a todos os Parlamentares, que de forma direta ou indiretamente colaboraram para que, hoje, nós estivéssemos aqui realizando este dia histórico na vida de muitos servidores do nosso Estado.

Hoje já recebi, Deputado Fernando Melo, mais de 20 telefonemas de pessoas humildes e de minha família, porque todo acreano que nasceu e se criou no nosso Estado, tem uma pessoa na família que está nessa situação difícil. Quero fazer um registro, nós aqui na Assembléia Legislativa também temos uma situação igualzinha a do Estado, nós temos aqui 42 funcionários em situação irregular, eu acho que o Deputado Edvaldo esqueceu. E hoje eu respondo na Justiça a vários processos, talvez sejam cassados os meus direitos políticos, posso até ser impedido de disputar as próximas eleições, por não acatar a decisão do Ministério Público do Trabalho.

Ora meus amigos, se os onze mil do Estado não foram demitidos, por que nós iríamos demitir os nossos quarenta e dois funcionários? E isso está me custando um preço muito alto. Estamos aqui, todos os meses, sendo notificados pelo Ministério do Trabalho, mas tenho fé em Deus, que com essa votação de hoje esse processo estará sendo regularizado.

Quero sugerir a todas as pessoas e à população em geral presentes nesse Salão do Povo, que possamos fazer um movimento maior, com o apoio dos 24 Parlamentares.

Então, hoje travamos apenas a primeira batalha, Deputados Edvaldo Magalhães e Naluh Gouveia. A nobre colega esteve com o Deputado Helder Paiva lá em Brasília, na semana passada, e junto com o Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso e o Presidente da Câmara Federal Severino Cavalcante, encamparam essa luta que não é nossa, mas do nosso Estado.

V. Exas. já imaginaram o caos que iria ser no nosso Estado, se os onze mil pais de famílias fossem demitidos? Num Estado que não tem indústria, nem empregos?

Portanto, eu quero dizer apenas da satisfação e da felicidade de hoje nós estarmos votando esta PEC com o apoio dos 24 Parlamentares e fico feliz porque essa decisão vai atingir também os 42 funcionários da Assembléia.

Parabéns a todos, a Deputada Naluh e aos membros das Comissões que não mediram esforços, para que hoje nós estivéssemos votando aqui essa PEC. Nós estamos apenas começando uma luta que continua lá em Brasília. Nós temos que mobilizar os nossos Deputados Federais e Senadores.

(Sem revisão do orador)

Deputado **FERNANDO MELO** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, funcionários públicos que têm interesse nesta matéria, gostaria de fazer uma saudação especial a vocês que estão aqui, presenciando esse ato, em que a Assembléia Legislativa coloca também a sua força em defesa dessa situação criada, e que há muito vem prejudicando os funcionários públicos do Estado do Acre.

Gostaria de dizer também, até para fazer justiça ao Governador Jorge Viana, que S. Exa. ao assumir o Governo enfrentou as pessoas do Ministério Público, e garantiu que não demitiria nenhum funcionário público enquanto fosse Governador. Essa luta do Governador Jorge Viana já perdura há mais de sete anos e dia a dia vem honrando o compromisso de não demitir nenhum funcionário público contratado de forma irregular, ou seja, sem concurso público.

A Assembléia Legislativa, agora está entrando nessa luta, dando legabilidade à esta situação, mas como falou o Presidente Sérgio Oliveira, ela continuará. No entanto, terá mais uma barreira, criada por esta Emenda Constitucional que protegerá o funcionalismo público. Então, gostaria de parabenizá-los.

Além dos quarenta e dois funcionários daqui do Poder Legislativo, existem quatorze funcionários que, com certeza, estão sendo tratados de uma forma até pior, que são os funcionários da Rádio Difusora Acreana, cujos nomes não constam na folha de pagamento. São recibados há trinta anos, e está Casa terá que se posicionar com relação a esta situação; temos que dar a eles a garantia de entrar na folha de pagamento do Estado, já que eles vêm prestando serviços há muitos anos.

Então, eu estou aqui me comprometendo e vai procurar os demais Parlamentares para colocarmos a nossa força em defesa desses quatorze funcionários da Rádio Difusora Acreana, que prestam um serviço importantíssimo para a nossa cidade. Temos que fazer a inclusão dessas pessoas, de forma digna, na folha de pagamento para que eles tenham os mesmos benefícios que vocês.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputado Fernando Melo, esta Assembléia já deu demonstração de que quando ela quer, pode, e hoje deve render todas as homenagens à Deputada Naluh Gouveia, pois já poderíamos ter acabado com essa instabilidade e insegurança dos servidores públicos, mas apenas hoje estamos colocando um ponto final nesse suplício. Com relação aos servidores da Rádio Difusora, V. Exa. poderá contar com o apoio, através dos votos, de todos os Deputados da Oposição. Inclusive, há um ano a Assembléia poderia garantir que policiais militares voluntários temporários fossem integrados ao quadro efetivo da Polícia Militar. Naquele momento, a Assembléia queria, mas houve forças contrárias, e o Governo também não concordava. Então, hoje, a Assembléia dá uma demonstração de força e autonomia ao transformar essas reivindicações em lei. Então eu abro mão da minha fala, pois estou inscrito, para que nós possamos abreviar a votação. Obrigado.

Deputado **FERNANDO MELO** (PT) – agradeço o aparte do Deputado Luiz Calixto. Finalizarei o meu discurso para que nesse momento possamos iniciar essa votação histórica. Quero fazer um agradecimento e reconhecimento aos autores, às pessoas que trabalharam nesse Projeto, especialmente, a Deputada Naluh Gouveia, aos Deputados José Luis e Chagas Romão, que foram as que conduziram tecnicamente esse processo. Ao mesmo tempo, parabeno o Sr. Presidente Sérgio Oliveira, e principalmente, a todos os funcionários que serão beneficiados com essa matéria.

(Sem revisão do orador)

Deputado **ROBERTO FILHO** (Líder do PTB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, colegas da Imprensa, eu vou ser bem rápido, porque o que eu iria falar, o Deputado Nogueira Lima já falou.

Ele falou no Romildo Magalhães, quando começou aquela facilidade de arranjar emprego para quem realmente estava desempregado. Eu nunca neguei para ninguém que eu consegui centenas de empregos. Hoje, eu sinto prazer em olhar para vocês e saber que chova ou faça sol, vocês recebem.

Na época que o Juiz mandou que o Governador Jorge Viana demitisse, mas ele não demitiu; muitas pessoas me procuraram para dizer-me: “Deputado, eu vou pedir rescisão”. E eu lhes disse: não peçam. Deixem que o Governo lhes demita. E até agora ninguém foi demitido. Eu lembro que na época das eleições, nós estávamos fazendo campanha, quando uma assessora minha foi pedir voto a uma pessoa. E essa pessoa falou que o seu chefe era candidato e pediu-lhe o voto; mas ele falou para ele que não iria votar nele, porque ela já tinha compromisso com o Deputado que lhe conseguiu esse emprego. E ainda disse mais: eu tenho que votar nele, porque se eu não votasse nele o Senhor não seria meu chefe.

Portanto, eu parabeno essa pessoa. Eu quero agradecer aqui, o Romildo Magalhães, o Orleir Cameli, o Governador Jorge Viana e a Deputada Naluh Gouveia, a qual eu lembro que mandou até para Brasília as assinaturas de todos os Deputados para conseguir isso. Ela teve a felicidade de apresentar essa Emenda e dar certo. Que Deus proteja a todos. E quando eu tiver oportunidade de arranjar mais emprego, eu o farei, porque só com trabalho é que diminuiremos a miséria e a violência no nosso Estado.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputado **JOSÉ BESTENE** (Líder do PP) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, funcionários que se encontram no Salão do Povo, como seria bom se todos os dias vocês pudessem estar aqui para que conhecessem de perto o trabalho dos Senhores Deputados.

Eu não poderia deixar de expressar minha alegria em votar, hoje, essa PEC. Quero parabenizar a iniciativa de todas as autoridades que se engajaram nesta luta, como a própria Deputada Naluh Gouveia, juntamente com seu esposo Jair, e não poderia deixar de dizer também da nossa participação, não para arrumar empreguinho, porque eu nunca fiz isso; mas consegui fazer com que vários funcionários permanecessem na Fundação Hospitalar, para que pudessem prestar atendimento a sociedade acreana. Não esqueço quando aquela Casa de Saúde marcava consultas e até cirurgias por telefone. Então, eu me sinto muito feliz com essa PEC.

Na época do PDV muitas pessoas me procuraram e eu as orientava que não tomassem nenhuma decisão. Muitos tomaram e se arrependeram, eu fui punido pelo Tribunal de Contas, paguei uma multa e poderia ter pago até muito mais, mas não demiti nenhum funcionário daquela Casa de Saúde. Fui punido pelo Ministério Público Estadual, mas graças a Deus, a Juíza arquivou o processo e hoje eu estou feliz porque vou estar a favor dos Senhores.

O Presidente desta Casa, Deputado Sérgio Oliveira, falou que essa luta se iniciou agora. Portanto, não podemos cruzar os braços e é hora de nós Deputados Estaduais, Federais, Senadores, Governador do Estado, nos unirmos para que os contratos desses servidores sejam regulamentados.

Quero deixar um abraço fraternal, carinhoso a todos os servidores que se encontram aqui e dizer que estaremos sempre aqui na Assembléia em defesa dos interesses superiores deste Estado.

Meu abraço.

(Sem revisão do orador)

Deputado **JOSÉ LUIS** (Líder do BSC) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputada Naluh, servidores públicos do nosso Estado e Senhores no Salão do Povo, eu não poderia deixar de vir a esta Tribuna, porque na realidade fui escolhido para ser o relator desta PEC, que como a Deputada Naluh já disse e eu concordo, talvez seja a matéria mais importante que nós estamos votando esse ano.

Eu fiz o relatório a favor dos funcionários, embasado pela Constituição do nosso Estado, embora haja muitos dizendo que a PEC é inconstitucional. O artigo 53 da Constituição do nosso Estado diz: A Constituição do Estado poderá ser emendada mediante proposta da terça parte dos membros da Assembléia Legislativa. E aí está a Emenda, assinada pela terça parte dos Deputados desta Casa. Me baseei também em dois aspectos: primeiro, que não altera a Lei de Responsabilidade Fiscal e nós temos que acabar com essa história de duas categorias de funcionários: os regulares e os irregulares. Temos que ter apenas servidores regulares no Acre. O segundo aspecto, prima pela Autonomia Administrativa Financeira e Constitucional do Estado do Acre.

No dia em que assumi a relatoria dessa Emenda, fui procurado por vários funcionários do Estado, da Secretaria de Saúde e da Fundação Hospitalar. Os funcionários do Estado não podem mais ser moeda de troca de políticos, que pedem votos em troca da estabilidade no emprego. Apesar de estarem instáveis por causa da irregularidade nas suas contratações, eles devem ter liberdade de escolher as pessoas em quem têm interesse em votar, e não porque sofrem ameaças. Sai Governo, entra Governo; troca funcionários demite funcionários. Nós não podemos mais passar por isso.

Deputado **JOSÉ VIEIRA** (Líder do PFL – EM APARTE) – Companheiro José Luiz, parabeno-lhe pelo seu parecer, e quanto ao fato de ser inconstitucional ou não, não vem ao caso. O importante é que estamos resolvendo um problema sério deste Estado. Mesmo esses servidores sendo considerados irregulares pelo Ministério do Trabalho, quero registrar a boa vontade dos Governos passados e do atual por mantê-los nos seus postos de trabalho. Imaginem Senhores, se essas pessoas forem demitidas, como seria triste. Seriam mais de onze mil pessoas chorando. Em Sena Madureira, os funcionários não tiveram a mesma sorte. Funcionários concursados foram demitidos pelo Prefeito atual. Muitas pessoas lá, ainda choram porque perderam os seus empregos. Isso prova que houve boa vontade do Governador em manter esses funcionários públicos trabalhando, e hoje a Assembléia lhes premia com a aprovação desta Emenda. Então parabeno V. Exa. Deputado José Luis por este relatório, que, com certeza, trará felicidade ao povo acreano e isso é também a nossa felicidade.

Deputado **JOSÉ LUIS** (Líder do BSC) – Eu não poderia deixar de agradecer aos assessores desta Casa, que foram de extrema importância para a nossa decisão. Todos eles se empenharam no caso, praticamente por trinta dias, e não poderia deixar de parabenizar a Deputada Naluh por sua luta constante pelos funcionários do nosso Estado, Meus parabéns Guerreira, V. Exa. é uma mulher que realmente merece uma salva de palmas.

Devo enfatizar que discutimos com todos os sindicatos.

Para encerrar quero dizer, mais uma vez, que a Assembléia Legislativa do Estado está dando um exemplo para o País, aprovando hoje esta PEC, haja vista que a PEC 54 ainda se encontra no Congresso Nacional.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, para atender ao desejo dos servidores; eu abro mão da minha fala, pois já falei o que tinha que falar.

(Sem revisão do orador)

Deputado **JOSÉ VIEIRA** (Líder do PFL) – Senhor Presidente, eu também abro mão do meu discurso, para que votemos logo a Matéria.

(Sem revisão do orador)

Deputado **HÉLIO LOPES** (Líder do PL) – Senhor Presidente, eu abro mão da minha fala, porque esse com certeza vai ser o voto mais importante que eu vou dar nesta Casa.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Senhores Parlamentares, o Deputado Luiz Gonzaga está abrindo mão da sua fala, para que a votação possa ser o mais breve possível.

Eu quero aproveitar este momento, já que todo mundo está apreensivo para que a votação inicie, dizer que esta Casa tem corrigido diversas distorções que têm acontecido em nosso Estado. A atual legislatura, no meu entendimento, tem andado realmente em consonância com o desejo da população do nosso Estado.

Ontem, aqui, nós aprovamos a PEC, que corrige uma injustiça com as nossas policiais. Agora elas poderão se aposentar com 25 anos de serviços prestados. Vamos agora a esta votação histórica.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à chamada para verificação de quorum.

O Senhor Secretário procedeu à chamada na seguinte ordem:

Partido dos Trabalhadores – PT

Deputados: Fernando Melo – presente

Juarez Leitão – presente

Naluh Gouveia – presente

Pe. Valmir Figueredo – presente

Ronald Polanco – presente

Bloco Popular Mobilizador – BPM

Deputados: Edvaldo Magalhães – presente

Moisés Diniz – presente

Sérgio Oliveira – presente

Bloco Socialista Cristão – BSC

Deputados: Delorgem Campos – presente

Francisco Viga – presente

José Luis – presente

Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB

Deputados: Luiz Gonzaga – presente

Helder Paiva – presente

Partido Liberal – PL

Deputado: Hélio Lopes – presente

Partido Democrático Trabalhista – PDT

Deputado: Luiz Calixto – presente

Partido Trabalhista Brasileiro – PTB

Deputado: Roberto Filho – presente

Partido da Frente Liberal – PFL

Deputado: José Vieira – presente

Partido Progressista – PP

Deputado: José Bestene – presente

Partido Social Cristão – PSC

Deputado: Nogueira Lima – presente

Partido Popular Socialista – PPS

Deputado: Tarcísio Medeiros – presente

Foi constatada a presença de 20 Deputados em plenário.

O Senhor Secretário procedeu à chamada para votação na seguinte ordem:

Partido dos Trabalhadores – PT

Deputados: Fernando Melo – com o relator

Juarez Leitão – com o relator

Naluh Gouveia – com o relator

Pe. Valmir Figueredo – com o relator

Ronald Polanco – com o relator

Bloco Popular Mobilizador – BPM

Deputados: Edvaldo Magalhães – com o relator

Moisés Diniz – com o relator

Sérgio Oliveira – com o relator

Bloco Socialista Cristão – BSC

Deputados: Delorgem Campos – com o relator

Francisco Viga – com o relator

José Luis – com o relator

Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB

Deputados: Luiz Gonzaga – com o relator

Helder Paiva – com o relator

Partido Liberal – PL

Deputado: Hélio Lopes – com o relator

Partido Democrático Trabalhista – PDT

Deputado: Luiz Calixto – com o relator

Partido Trabalhista Brasileiro – PTB

Deputado: Roberto Filho – com o relator

Partido da Frente Liberal – PFL

Deputado: José Vieira – com o relator

Partido Progressista – PP

Deputado: José Bestene – com o relator

Partido Social Cristão – PSC

Deputado: Nogueira Lima – com o relator

Partido Popular Socialista – PPS

Deputado: Tarcísio Medeiros – com o relator

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – O resultado da votação foi o seguinte: 20 votos a favor; aprovada em primeiro turno, voltará a segundo turno no dia 30 de junho de 2005.

Suspendemos a presente Sessão pelo tempo necessário, para que possamos analisar as Matérias nas Comissões. (PAUSA)

Declaramos reaberta a presente Sessão.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 40/2005, de autoria do Deputado José Vieira, que “Assegura ao recém-nascido o direito de exames de identificação de catarata congênita e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 15 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Não tendo o referido Projeto obtido dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá a segunda discussão e segunda votação.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 1/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, que “Altera o art. 2º da Lei n. 1.253, de 22 de dezembro de 1997, alterada pela Lei n. 1.291, de 20 de julho de 1999 e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 17 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 11/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Institui o dia 22 de março como o Dia Estadual de limpeza e conservação das nascentes, dos rios, córregos e lagos do Estado e dá outras providências”.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Concedemos Questão de Ordem ao Deputado Luiz Calixto.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, já na discussão, eu gostaria de declarar meu voto favorável a esse Projeto e que neste dia a Assembléia desloque alguns Deputados para as cabeceiras de alguns igarapés, para que possamos contribuir também com a limpeza de algum.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 17 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Projeto de Lei n. 13/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Institui o título de Empresa Criança para as pessoas físicas que contribuírem para a educação das Crianças Acreanas”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 17 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Projeto de Lei n. 52/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Dispõe sobre avaliação psicológica periódica dos integrantes da Polícia Civil, Polícia Militar e dos serviços Penitenciários do Estado do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 17 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 44/2005, de autoria do Deputado Juarez Leitão, que “Ficam os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado do Acre, autorizados a incluir nos processos de aquisições públicas e compras governamentais, sistema de certificado de produtos florestais, como instrumento de padronização”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 17 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 60/2005, de autoria do Deputada Naluh Gouveia, que “Dispõe sobre a elaboração de estatística sobre a violência contra a mulher, na forma que especifica”.

Em discussão, usou da palavra:

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, primeiramente gostaria de agradecer ao relator e a Assembléia pela aprovação dessa Matéria. Agora, nós vamos poder ter o mapa da violência contra a mulher.

Eu queria também, na questão da violência, aproveitar este momento, para ressaltar a coragem da Deputada Perpétua Almeida, que, ontem, na Câmara Federal, foi vítima de agressão verbal. As provocações que as mulheres passam muitas vezes no plenário não são ouvidas. Então, eu queria aqui aproveitar esta discussão sobre a questão da violência, para

parabenizar, de público, para que fique nos Anais da Assembléia, a postura da Deputada Perpétua Almeida. E, dizer àquele fascista do Bossonaro, que ladra ela não é. E o que ele falou ontem para ela, poderia ser dito para outras pessoas, mas não para ela.

Então, quero aqui expressar toda minha admiração e dedicar este projeto à Deputada Perpétua Almeida. Ela deveria ter ido no gogo dele, porque tem certas pessoas que não têm postura. Quem sabe uns tapas resolvam algumas atitudes? Então, quero aqui parabenizar a atitude da Deputada Perpétua e dedicar esse projeto em sua homenagem.

(Sem revisão do orador)

Encerrada a discussão.

Em votação, os Senhores Deputados que forem a favor, permaneçam sentados. Os que discordarem, fiquem de pé. Aprovado por 17 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 55/2005, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, que “Dispõe sobre a linguagem inclusiva na Legislação e Documentos Oficiais do Estado do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 17 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado a Moção de Aplauso n. 7/2005, de autoria do Deputado José Luis, o qual manifesta “Moção de Aplauso à Juíza Maria Tapajós Sant’ana Areal”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 16 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado a Moção de Aplauso n. 11/2005, de autoria do Deputado José Luis, o qual manifesta “Moção de Aplauso ao Sr. Francisco Nunes Pereira (Beto Nunes)”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 16 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 106/2005, de autoria da Deputada Antonia Sales, “Solicitando a retirada do Projeto de Lei n. 30/2005”.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos a ilustre Deputada Antonia Sales que o seu Requerimento foi deferido.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 107/2005, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, “Solicitando que seja encaminhada carta de Solidariedade e Apoio à Senadora Marina Silva, Ministra de Meio Ambiente”.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos à Deputada Naluh Gouveia que seu Requerimento foi deferido.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 108/2005, de autoria do Deputado Delorgem Campos, “Solicitando que seja constituída Comissão Temporária de Representação Externa em conformidade com os artigos 25, §1º, IV; 31, II e 32, do Regimento Interno, com a finalidade de se deslocarem ao Departamento de Cobija – Pando, no país vizinho Bolívia, para averiguar fato da ocorrência de um crime, onde as acusações recaem sobre cidadãos brasileiro, bem com, também seja encaminhado expediente aos seguintes órgãos, para que indique representantes para compor a respectiva comissão: a) Ao Governador do Estado do Acre, para que indique representantes da Secretaria de Estado de Segurança Pública; b) Procuradoria Geral do Estado; e c) Ao Ministério Público Estadual”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 16 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 109/2005, de autoria do Deputado José Luis, “Solicitando a retirada do Projeto de Lei n. 34/2005”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 16 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 110/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, “Solicitando que seja endereçado

expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que junto ao Presidente do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal – INDAF, no prazo regimental preste as seguintes informações: 1. Relatório e levantamento da primeira etapa de vacinação da febre aftosa, em todo o Estado; 2. Quais as matas a serem atingidas para a próxima etapa; e 3. Como é realizada a fiscalização, para controle da vacinação e comercialização do rebanho bovino”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 16 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 111/2005, de autoria do Deputado Luiz Calixto, “Solicitando que, após o consentimento do Plenário, seja solicitado da Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA a relação das empresas habilitadas a operarem nas zonas de livre comércio de Brasília, Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 16 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 112/2005, de autoria do Deputado Luiz Calixto, “Solicitando que, após o consentimento do Plenário, seja tomada providências no sentido de requisitar da Secretaria de Saúde e Saneamento, cópia autêntica do relatório produzido pela Comissão de Sindicância instaurada para apurar as mortes de nascituros na maternidade do município de Tarauacá”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 17 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 113/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, “Solicitando a retirada do Projeto de Lei n. 62/2005”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 17 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 114/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, “Solicitando que seja retirado o Projeto de Resolução n. 10/2005”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 17 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 115/2005, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, “Solicitando que seja retirado o Projeto de Lei n. 31/2005”.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos à Deputada Naluh Gouveia que seu Requerimento foi deferido.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 116/2005, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, “Solicitando que seja retirado o Projeto de Lei n. 36/2005”.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos à Deputada Naluh Gouveia que seu Requerimento foi deferido.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 117/2005, de autoria do Deputado José Vieira, “Solicitando que seja suspenso a Explicação Pessoal da Sessão do dia 29 de junho, quarta-feira, para que esta Casa receba a Coordenadoria, do Projeto Saúde Itinerante da Secretaria Estadual de Saúde, Enfª. Celene M. P. Maia e equipe, com a finalidade de trazer ao conhecimento desta Casa a importância do trabalho prestado pelos profissionais de saúde à nossa comunidade”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 15 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

Não havendo mais Matéria para ser apreciada, encerramos a Ordem do Dia, bem como a presente Sessão e convocamos outra para dia e hora regimental.

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente: Edvaldo Magalhães
Vice-Presidente: Delorgem Campos
Titulares: Fernando Melo, Hélio Lopes, Luiz Gonzaga.
Suplentes: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Dinha Carvalho, José Luís, Helder Paiva.
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
E FINANÇAS

Presidente: Helder Paiva
Vice-Presidente: Francisco Viga
Titulares: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, Luiz Calixto.
Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, José Bestene, Delorgem Campos, Luiz Gonzaga.
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO,
TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA
E MUNICIPALISMO

Presidente: Pe. Valmir Figueredo
Vice-Presidente: Elson Santiago
Titulares: Nogueira Lima, Francisco Viga, Helder Paiva.
Suplentes: Fernando Melo, Edvaldo Magalhães, Tarcísio Medeiros, José Luís, Luiz Gonzaga.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Juarez Leitão
Vice-Presidente: José Vieira
Titulares: Dinha Carvalho, Roberto Filho, José Bestene.
Suplentes: Hélio Lopes, Naluh Gouveia, Luiz Calixto, Nogueira Lima, Tarcísio Medeiros.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA,
FOMENTO, AGROPECUÁRIA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: José Luís
Vice-Presidente: Roberto Filho
Titulares: Fernando Melo, Tarcísio Medeiros, Chagas Romão.
Suplentes: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, José Bestene, Nogueira Lima, Antonia Sales.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA,
LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Naluh Gouveia
Vice-Presidente: Luiz Gonzaga
Titulares: Edvaldo Magalhães, José Luís, Antonia Sales.
Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, Francisco Viga, Helder Paiva, Chagas Romão.
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E
CIDADANIA

Presidente: Naluh Gouveia
Vice-Presidente: Dinha Carvalho
Titulares: Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Luiz Calixto.
Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, Antonia Sales, Nogueira Lima, Hélio Lopes.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Antonia Sales
Vice-Presidente: Elson Santiago
Titulares: Fernando Melo, José Bestene, José Vieira.
Suplentes: Naluh Gouveia, Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Nogueira Lima, Luiz Calixto.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS
DO CONSUMIDOR

Presidente: Nogueira Lima
Vice-Presidente: Hélio Lopes
Titulares: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Tarcísio Medeiros.
Suplentes: Juarez Leitão, Dinha Carvalho, José Vieira, Roberto Filho, Francisco Viga.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO
DO ESTADO DO ACRE

Supervisão Geral:

Carlos Augusto Coêlho de Farias
Secretário Executivo

Editado pela:

Subsecretaria de Publicidades
Diretor Responsável:

Carlos Augusto Coêlho de Farias
Inscrição DRT/AC/N. 03/97

Coordenadora de Redação e Revisão de Atas:
Maria Aparecida Jardim Rodrigues

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.
Endereço: Av. Ceará - 3.335.